

21

CE

Reunião Extraordinária – Ata nº 02/2015

Data – 12-11-2015

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 9.55 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Gomes
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luís Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos

Falta justificada: a vereadora Elza Vitório apresentou justificação à sua falta à reunião de câmara de 03 de novembro, tendo a mesma sido considerada justificada.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, para análise e discussão do único ponto constante da ordem de trabalhos:

Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 09 de novembro de 2015, acerca da renovação do Alvará de Licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009, titulado pela “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.”, onde consta, resumidamente: - PG 165219

Que a Câmara Municipal, em 03 de fevereiro de 2015, emitiu parecer favorável com vista à instrução de recurso hierárquico junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR.LVT), de modo a ser revogada anterior decisão do seu Presidente, desfavorável à renovação do alvará, tendo, em 16 de abril de 2015, sido negado o provimento a esse recurso hierárquico. Considerando a importância fulcral da permanência da Estação de Transferência no local, realizou-se no passado dia 06 de novembro de 2015, na Presidência da CCDR.LVT.

Tudo visto e analisado, foi proposto nessa reunião pela CCDR-LVT que fosse equacionado o enquadramento no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que

dispõe de carácter extraordinário a aplicar aos estabelecimentos e instalações que não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial (tese contrariada pela posição do Município, mas insistida pela CCDR-LVT).

Porém, tal enquadramento impõe que a submissão do respetivo pedido junto da CCDR.LVT seja acompanhado de Declaração fundamentada do Interesse Público Municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea a) do nº 4 do artigo 5º desse diploma.

Relativamente ao enquadramento e às características daquela infraestrutura, dão-se por reproduzidos os dados avançados pela "Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A." que acompanham o respetivo pedido.

Por parte do Município, foram já encetados contactos com a CCDR.LVT de modo a aquilatar a alteração da classificação da área abrangida por aquela infraestrutura, conforme adequada tipologia das que constam do Decreto Regulamentar aplicável, em sede do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes.

21
CET

Face ao exposto, sugere que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal das instalações da "Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.", em razão do enquadramento e das características daquela infraestrutura.

A Presidente da Câmara e o vereador João Gomes detalharam pormenorizadamente este processo, destacaram as razões do interesse municipal na continuidade serviço prestado pela empresa naquelas instalações e mostraram-se preocupados com os aspetos negativos que poderiam decorrer do seu abandono. Prestaram ainda, a pedido dos vereadores, alguns esclarecimentos adicionais.

O vereador Avelino Manana disse que, do seu ponto de vista, o aspeto fundamental é o da preservação do ambiente, como foi referido. Nesse sentido, realçou a importância desta questão vir a ser ultrapassada em sede de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal das instalações da "Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.", abrigo da alínea k) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que possa ser instruído o processo, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Sugerir que o reconhecimento do interesse público municipal das instalações possa ter por fundamento o enquadramento e as características daquela infraestrutura, avançados pela "Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A." em documento que acompanha o respetivo pedido e que se anexa à presente ata, e que aqui se dão por reproduzidos.

A vereadora Elza Vitório absteve-se em coerência com posições tomadas anteriormente, por considerar que este processo é já bastante logo e contraditório e que, pese embora todos os esclarecimentos prestados, não se sente suficientemente esclarecida sobre o mesmo.

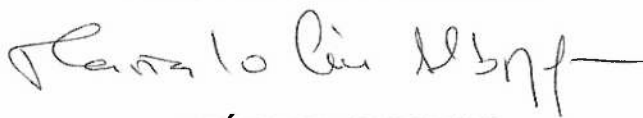
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas nove horas e cinquenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR



**VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos,
S.A.**

el
Café



NOVEMBRO, 2015



Índice

1. Âmbito	3
2. Caracterização do Sistema Multimunicipal	4
3. Documentação de Suporte ao Pedido de Regularização	8
a) O valor de produção de bens e serviços, por actividade económica desenvolvida no Decreto-Lei nº. 381/2007, de 14 de Novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3	10
b) A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos	11
c) Número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego directo local	12
d) A caracterização da procura de mercado em que se insere	13
e) Os impactos em actividades conexas, em montante ou a jusante	15
f) As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social;	16
g) Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão	35
h) A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da actividade	40
i) Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respectivo custo	41
j) A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para a valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes	42
k) A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental inadequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar	49
l) Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico	50
m) Os custos económicos e sociais da desactivação do estabelecimento e de desmantelamento de instalações	51
n) No caso dos recursos geológicos, a implantação georreferenciada e nota técnica justificativa do potencial e da especificidade da exploração na localização proposta	52
o) Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança das pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização de consequências em caso de acidente grave.	53

I ÂMBITO

O presente documento visa reunir a documentação de suporte ao Pedido de Regularização da Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) de Abrantes, de acordo com o referido no número 5 do Artigo 5º., Capítulo II do Decreto-Lei nº. 165/2014, de 5 de Novembro.

A instalação em causa localiza-se no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (CIVTRS) e possui o Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º. 000042/2009.

Esta instalação recebe diariamente cerca de 190 toneladas de resíduos provenientes dos municípios de Abrantes, Gavião, Mação, Sardoal e Vila de Rei.

Os resíduos recepcionados nesta instalação são diariamente encaminhados para tratamento final na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (Compostagem e Digestão Anaeróbia), localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira.

2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL

O Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de Novembro, consagrou um quadro legal de carácter geral contendo os princípios informadores do regime jurídico de construção, exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos quando atribuídos por concessão a empresa pública ou a sociedade de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de Janeiro, criou o Sistema Multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano, integrando os Municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel. Através deste diploma legal foi atribuída a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano, em regime de concessão exclusiva, à Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A., pelo período de concessão de trinta anos.

Com a publicação do Despacho n.º 26 172/2004 (2ª Série), de 17 de Dezembro, o Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano foi alargado aos concelhos de Abrantes, Gavião, Mação, Sardoal e Vila de Rei.

Mais recentemente com a publicação do Despacho n.º 16 510/2010 (2ª Série), de 29 de Outubro, o Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano, sofreu novo alargamento, passando a integrar os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila Velha de Ródão.

De referir que a VALNOR é certificada pelas Normas NP EN ISO 9001:2000, NP EN 14001 e OHSAS 18001 pela implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança no Trabalho. A VALNOR obteve em 2005 o Registo EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria, relativo à certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

Em 2006 a VALNOR obteve a certificação na norma SA 8000 referente à Responsabilidade Social.

DADOS GERAIS

Sociedade Concessionária:

VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Indicadores:

- **Concelhos:** Abrantes, Alter do Chão, Arronches,
Avis, Castelo Branco, Campo Maior,
Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião,
Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa,
Oleiros, Proença-a-Nova, Ponte de Sôr,
Portalegre, Sardoal, Sertã, Sousel, Vila de Rei e
Vila Velha de Ródão
- **Área:** 11.980 km²
- **População Residente:** 279.191 habitantes



21
CUT

MODELO TÉCNICO INSTALADO

Infra-estruturas atualmente exploradas pela Valnor:

- Exploração do Aterro Sanitário de Avis, com a Licença Ambiental n.º 28 A.I/2005 e licença de exploração n.º 8/2005/INR (2.º Averbamento de 20 de Novembro de 2008);
- Exploração do Aterro Sanitário de Abrantes com a Licença Ambiental n.º. 262/2009 e licença de exploração n.º 7/2007/INR (1.º Averbamento de 8 de Abril de 2009);
- Exploração do Aterro Sanitário de Castelo Branco com a Licença Ambiental n.º. 382/2010;
- Sete Estações de Transferência nos municípios de Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sôr, Portalegre, Abrantes, Castelo Branco, Proença-a-Nova e Idanha-a-Nova;
- Um Estação de Triagem localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira;
- Uma Instalação de Pré-Triagem e Enfardamento localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco;
- Recolha seletiva implementada através da colocação de 1.600 ecopontos e respectivos equipamentos de recolha;
- Catorze Ecocentros localizados em Abrantes, Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sôr, Portalegre (2), Gavião, Sertã, Alcains, Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova;
- Dois Pontos licenciados de Recepção de Pneus, em Avis e Castelo Branco;
- Detém alvará de licenciamento de instalação de Parque de Sucatas, em Avis e Castelo Branco;
- Exploração de dois aterros de inertes em Campo Maior e Ponte de Sôr;
- Seis Estações de Transferência, Triagem e Fragmentação de Resíduos de Construção e Demolição, localizadas em Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Portalegre, Ponte de Sôr e Gavião;
- Centro de Triagem de Resíduos Volumosos no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira;
- Unidade de Triagem de REEE's;

- Unidade de Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida;
- Unidade de Produção de Biodiesel;
- Central de Valorização Orgânica (Compostagem e Digestão Anaeróbia);
- Unidade de Preparação e Combustíveis derivados de Resíduos (CDR's);
- Unidade de Lavagem de Plásticos.

O modelo técnico instalado na VALNOR encontra-se representado na Figura I.

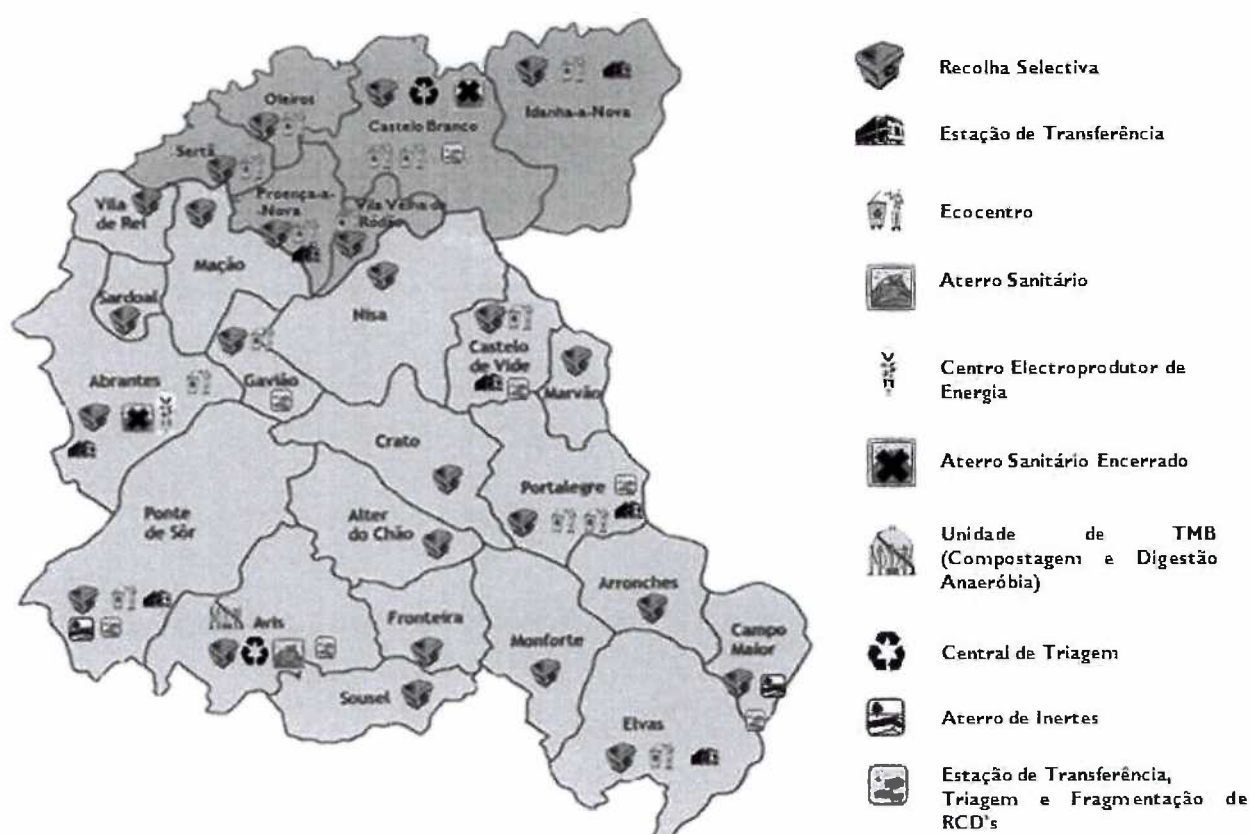


Figura I – Modelo Técnico Instalado na VALNOR, S.A.

21
2019

3 DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE AO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO

No âmbito do Pedido de Regularização da Estação de Transferência de RSU's de Abrantes, de acordo com o número 5 do Artigo 5º., Capítulo II do Decreto-Lei nº. 165/2014, de 5 de Novembro, deverão ser fornecidos os seguintes elementos:

- a) O valor de produção de bens e serviços, por actividade económica desenvolvida no Decreto-Lei nº. 381/2007, de 14 de Novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3;
- b) A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos;
- c) Número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego directo local;
- d) A caracterização da procura de mercado em que se insere;
- e) Os impactos em actividades conexas, em montante ou a jusante;
- f) As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social;
- g) Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão;
- h) A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da actividade;
- i) Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respectivo custo;
- j) A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para a valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes;
- k) A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental inadequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar;
- l) Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico;

- m) Os custos económicos e sociais da desactivação do estabelecimento e de desmantelamento de instalações;
- n) No caso dos recursos geológicos, a implantação georreferenciada e nota técnica justificativa do potencial e da especificidade da exploração na localização proposta;
- o) Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança das pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização de consequências em caso de acidente grave.

Pl
Act

A) O VALOR DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR ACTIVIDADE ECONÓMICA DESENVOLVIDA NO DECRETO-LEI Nº. 381/2007, DE 14 DE NOVEMBRO, QUE APROVA A CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, REVISÃO 3

A VALNOR possui como Atividade Principal da Empresa o CAE 38 212, com a designação *Tratamento e Eliminação de Resíduos Não Perigosos*.

Em 2014 a VALNOR recebeu um total de 130.739 toneladas de resíduos. Nestes quantitativos estão incluídos todos os resíduos recepcionados, nomeadamente resíduos da recolha indiferenciada, monstros, resíduos da recolha seletiva, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, madeira, lamas, resíduos industriais banais, pneus usados, resíduos de construção e demolição, resíduos do comércio e serviços, entre outros de reduzida expressão.

B) A FATURAÇÃO DA EMPRESA OU ESTABELECIMENTO DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

A faturação da VALNOR nos anos de 2013 e 2014 foi a seguinte:

	2013	2014
Vendas	5.878.716	5.526.600
Prestações de Serviços	4.103.698	4.113.040
Volume de Negócios	9.982.414	9.639.640

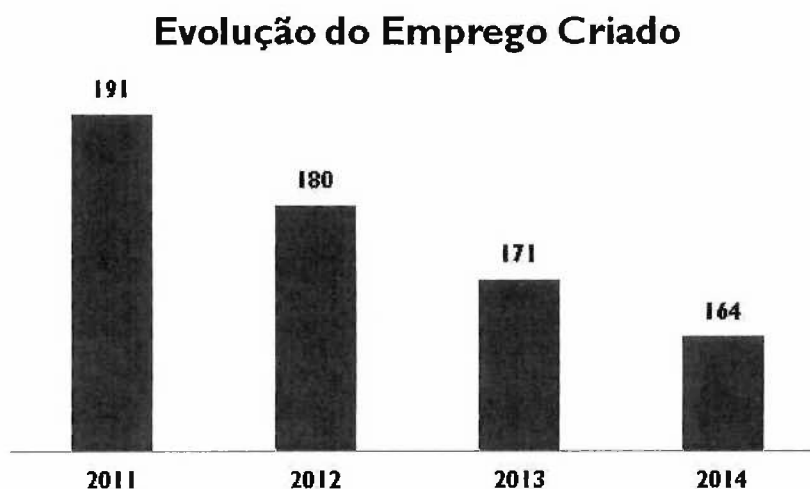
Al
Coco

C) NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO JÁ CRIADOS E EVENTUAIS ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR PARA A CRIAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE EMPREGO DIRECTO LOCAL

A VALNOR é uma empresa cuja produtividade depende em boa parte do empenho das populações, mas também de todos os seus colaboradores, contribuindo, com a sua ação conjunta, de forma a fortalecer a economia e melhorar a qualidade ambiental da região.

A VALNOR assume-se como uma empresa de ação estruturante, contribuindo para o desenvolvimento sustentável na sua área de intervenção, não apenas na área ambiental mas também na perspectiva de fator de desenvolvimento e mais-valia para a região.

Ao longo da sua existência a VALNOR tem assumido um papel preponderante na região enquanto entidade geradora de emprego. Partindo de uma situação inicial em 2001 com 22 trabalhadores a VALNOR contava a 31 de Dezembro de 2011 com uma força de trabalho de 191 pessoas. No final de 2014 o total de colaboradores diretos era de 164:



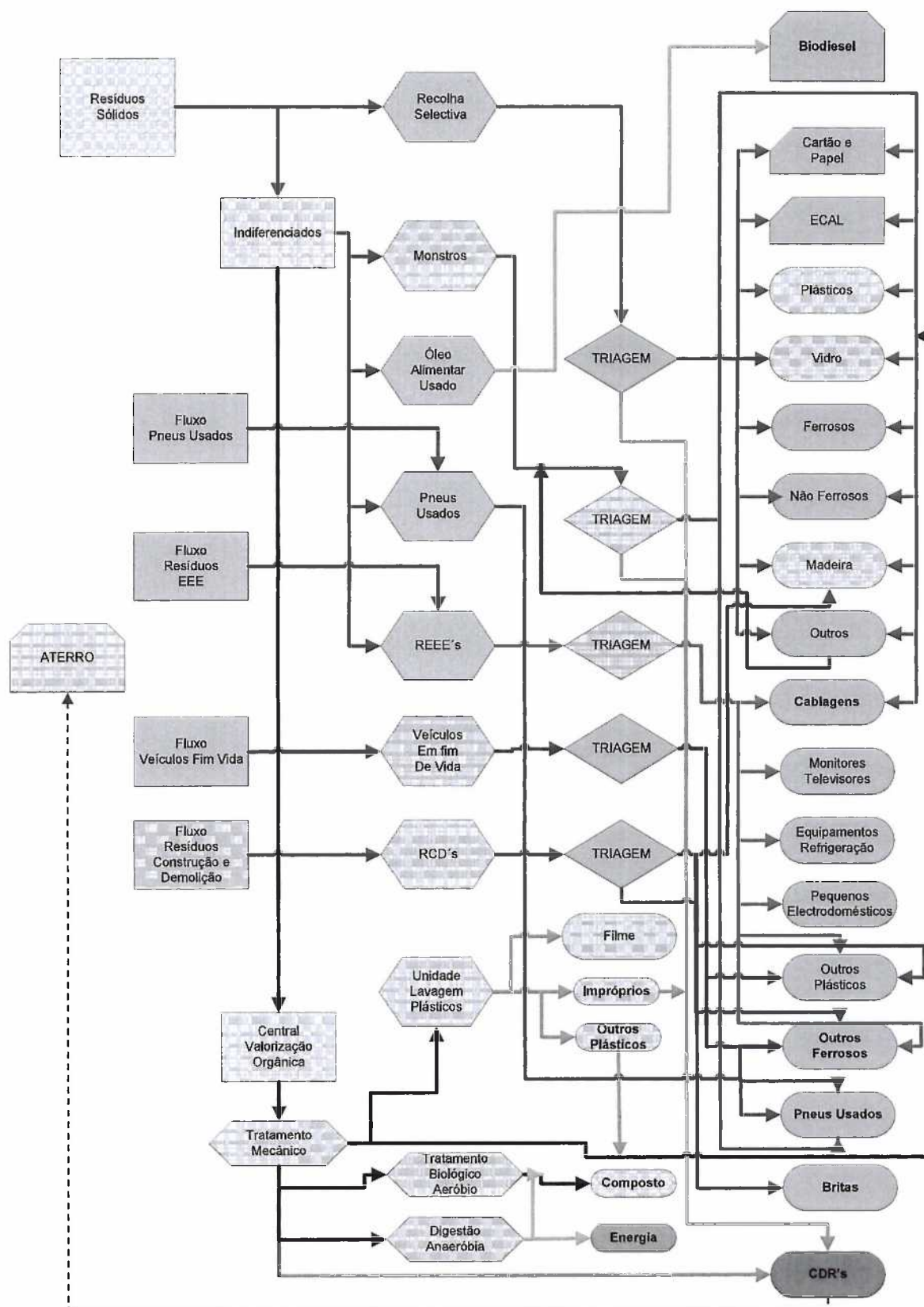
Atualmente a VALNOR conta com 161 trabalhadores diretos, 20 trabalhadores de trabalho temporário e 30 trabalhadores sub-contratados.

Destes, nas instalações do CIVTRS de Abrantes, desempenham funções 11 trabalhadores diretos e 5 trabalhadores sub-contratados.

D) A CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA DE MERCADO EM QUE SE INSERE

A VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. foi constituída em 2001 pelo Decreto – Lei nº 11/2001 de 23 de Janeiro, atua na área da gestão de resíduos e possui como Missão, a criação de um sistema de excelência de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurando o bem-estar das populações da sua área de abrangência numa lógica de melhoria de atendimento às populações e preservação dos ecossistemas.

Desde o início da sua constituição, a VALNOR assumiu como objetivo, estabelecer na região um sistema integrado de tratamento de todos os resíduos e todas as fileiras. Ao longo dos anos, este objetivo tornou-se uma realidade e a VALNOR tem alargado o seu leque de intervenção, assumindo-se hoje como um sistema de tratamento e valorização de resíduos verdadeiramente integrado. Em baixo encontra-se fluxograma geral dos diferentes fluxos de resíduos tratados na VALNOR.



E) OS IMPACTOS EM ACTIVIDADES CONEXAS, EM MONTANTE OU A JUSANTE

A VALNOR, pelo referido anteriormente, para além dos postos de trabalho diretos criados, participa diretamente para a criação de postos de trabalho indiretos, em toda a sua actividade.

Neste sentido, para além do impacto direto na criação de trabalho, conta com uma vasta lista de Partes Interessadas, quer a montante, quer a jusante da sua actividade, como é o caso das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Municípios, Empresas de Comércio e Serviços, Outras Entidades Gestoras de Resíduos, Entidades de Fiscalização e Reguladoras, Organismos Públicos, Fornecedores, Instituições Financeiras, Estabelecimentos de Ensino, Universidades e Politécnicos, entre outras.

cl
cl

F) AS CERTIFICAÇÕES, QUANDO LEGALMENTE EXIGÍVEIS, EM MATÉRIA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A VALNOR é certificada pelas Normas NP EN ISO 9001, NP EN 14001 e OHSAS 18001 pela implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança no Trabalho.

Possui desde 2005 o Registo EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria, relativo à certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

A VALNOR é também certificada na área da Responsabilidade Social, de acordo com o referencial SA 8000.

cl
Cite

Certificado de Conformidade PT13/04559.00

O sistema de gestão da
The management system of

SGS

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS S A.

Aterro Sanitário de Avis - Apartado 48
Herdade das Marrãs Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS

Foi auditado e cumpre com os requisitos da norma
Has been assessed and certified as meeting the requirements of

SA 8000:2008

Para as actividades de
For the following activities

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV). Recepção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Este certificado é válido desde
This certificate is valid from

14 de novembro de 2013 até 14 de novembro de 2016
14th November 2013 until 14th November 2016
and remains valid subject to satisfactory surveillance audits

Auditoria de Renovação a realizar antes de 14 de setembro de 2016
Re certification audit due before 14th September 2016

Versão 1. Certificado pela SGS desde novembro de 2013
Issue 1. Certified with SGS since November 2013

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados encontram-se mencionados na(s) página(s) subsequente(s)
This is a multi-site certification. Additional site details are listed on the subsequent page

Authorised by
Paola Santarelli

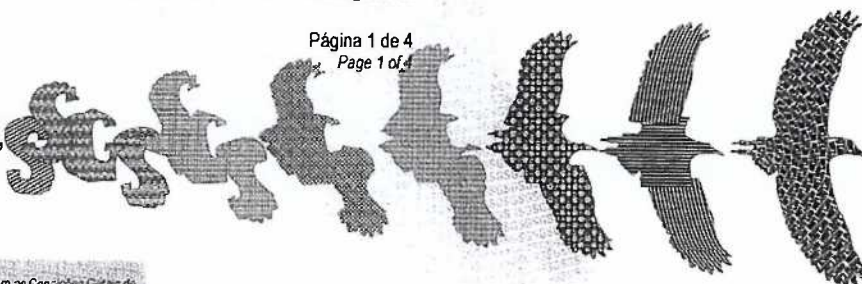


SGS ITALIA S.p.A. - Systems & Services Certification
Via G. Gozzi, 1/A 20129 MILANO - Italy
+ 39 02 73 93 1 f +39 02 70 10 94 89 www.sgs.com



Página 1 de 4
Page 1 of 4

SGS



Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais do Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. A autenticidade deste documento poderá ser verificada em http://www.sgs.com/certificates/verify_certificate.htm. Qualquer alteração não autorizada, acuratação ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as ações legais previstas.

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais Additional Facilities

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de
Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoiros
2200 Abrantes

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de
Castelo Branco
Monte de S. Martinho, Estrada Nacional 18-8 Km 5
6000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre/
Monte da Mergulhagem Estrada da Urra
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência,
Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
Vale de Açor
7400 Ponte de Sôr

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre



VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS S.A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais
Additional Facilities

Ecocentro de Abrantes
Vale de Morenas Zona Industrial Norte
2200-173 Abrantes

Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de
Inertes de Campo Maior Herdade da Torre Nossa Senhora da Expectação
7370 Campo Maior

Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de
RCD's de Gavião
Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4
6040 Gavião

Ecocentro de Vila Velha de Ródão
Zona Industrial de Vila Velha de Ródão
6030-201 Vila Velha de Ródão

Ecocentro de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-528 Proença-a-Nova

Ecocentro Oleiros
Zona Industrial Açude Pinto
6160-409 Oleiros

Ecocentro Sertã
Zona Industrial Alto da Carreira
6100-711 Sertã

Ecocentro de Castelo Branco
Zona Industrial de Castelo Branco
6000-790 Castelo Branco

SGS



VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS S A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais
Additional Facilities

Ecocentro de Alcains
Zona Industrial de Alcains
6005-001 Alcains

Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova
Zona Industrial Idanha-a-Nova
6060-182 Idanha-a-Nova

Estações de Transferência de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-521 Proença-a-Nova

Ecocentro de Alter do Chão
Zona Industrial de Alter do Chão
7440-999 Alter do Chão

Ecocentro de Fronteira
Zona Industrial de Fronteira
7460-999 Fronteira



Handwritten signature in blue ink



SGS

Certificado de Conformidade PT04/01115.00

O sistema de gestão da organização
**VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A**

Aterro Sanitário de Avis – Apartado 48
Herdade das Marrãs Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS
foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

OHSAS 18001:2007

Para as atividades de

O Âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Este certificado é válido desde

This certificate is valid from

28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016,

sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios

28th June 2013 until 10th March 2016, and remains valid subject to satisfactory surveillance audits

Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016

Re certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde março de 2004


Issue 7. Certified with SGS since March 2004

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

Autorizado por:
Authorized by


Luís Neves

Direção de Certificação
Certification Management


Isabel Berger



IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



SGS

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação
Polo Tecnológico de Lisboa, 6º piso D – 1600-546 Lisboa
T: 217184200 F: 2171577

Certificado PT04/01115.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis
Herdade das Marrãs
Figueira e Barros
7480-352 Avis

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoiros
2200 Abrantes

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco
Monte de S. Martinho,
Estrada Nacional 18-8 Km 5
6000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegr \Monte da Mergulhagem
Estrada da Urra
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
Vale de Açor
7400 Ponte de Sôr

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

Certificado PT04/01115.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes
Vale de Morenas Zona Industrial Norte
2200-173 Abrantes

Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Aterro de
Inertes de Campo Maior
Herdade da Torre Nossa Senhora da
Expectação
7370 Campo Maior

Ecocentro e Estação de Transferência,
Triagem e Fragmentação de RCD's de
Gavião
Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4
6040 Gavião

Ecocentro de Vila Velha de Ródão
Zona Industrial de Vila Velha de Ródão
6030-201 Vila Velha de Ródão

Ecocentro de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-528 Proença-a-Nova

Ecocentro Oleiros
Zona Industrial Açude Pinto
6160-409 Oleiros

Ecocentro Sertã
Zona Industrial Alto da Carreira
6100-711 Sertã

Ecocentro de Castelo Branco
Zona Industrial de Castelo Branco
6000-790 Castelo Branco

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

Certificado PT04/01115.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A.

Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcains
Zona Industrial de Alcains
6005-001 Alcains

**Ecocentro e Estação de Transferência
de Idanha-a-Nova
Zona Industrial Idanha-a-Nova
6060-182 Idanha-a-Nova**

Estações de Transferência de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-521 Proença-a-Nova

Ecocentro de Alter do Chão
Zona Industrial de Alter do Chão
7440-999 Alter do Chão

Ecocentro de Fronteira
Zona Industrial de Fronteira
7460-999 Fronteira



A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Certificado de Conformidade PT04/01114.00

O sistema de gestão da organização
**VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO
DE RESIDUOS SOLIDOS S A**

Aterro Sanitário de Avis – Apartado 48
Herdade das Marrãs Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS

foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

NP EN ISO 14001:2012
(ISO 14001:2004)

Para as atividades de

**O Âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado**

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Este certificado é válido desde

This certificate is valid from

28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016,
sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios

28th June 2013 until 10th March 2016, and remains valid subject to satisfactory surveillance audits

Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016

Re certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde Março de 2004

Issue 8. Certified with SGS since March 2004

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

Autorizado por:
Authorized by



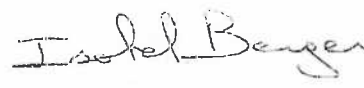
IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Luís Neves

Direção de Certificação
Certification Management



Isabel Berger

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação
Pólo Tecnológico de Lisboa, 6.º piso 0 – 1600-546 Lisboa
T. 217104200 F. 21715752



Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de
Serviço disponíveis em <http://www.sgs.com/confirm-and-conditions.htm>. Chama-se
especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização
e jurisdição. A autenticidade deste documento poderá ser verificada em
<http://www.sgs.com/certified-clients.htm>. Qualquer alteração não autorizada,
adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os
transgressores poderão ser alvo de todas as ações legais preventivas.

Página 1 de 4
Page 1 of 4



Certificado PT04/01114.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis
Herdade das Marrãs
Figueira e Barros
7480-352 Avis

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoos
2200 Abrantes

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco
Monte de S. Martinho,
Estrada Nacional 18-8 Km 5
6000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre \Monte da Mergulhagem
Estrada da Urra
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
Vale de Açor
7400 Ponte de Sôr

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Certificado PT04/01114.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes
Vale de Morenas Zona Industrial Norte
2200-173 Abrantes

Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Aterro de
Inertes de Campo Maior
Herdade da Torre Nossa Senhora da
Expectação
7370 Campo Maior

Ecocentro e Estação de Transferência,
Triagem e Fragmentação de RCD's de
Gavião
Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4
6040 Gavião

Ecocentro de Vila Velha de Ródão
Zona Industrial de Vila Velha de Ródão
6030-201 Vila Velha de Ródão

Ecocentro de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-528 Proença-a-Nova

Ecocentro Oleiros
Zona Industrial Açude Pinto
6160-409 Oleiros

Ecocentro Sertã
Zona Industrial Alto da Carreira
6100-711 Sertã

Ecocentro de Castelo Branco
Zona Industrial de Castelo Branco
6000-790 Castelo Branco

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Certificado PT04/01114.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcains
Zona Industrial de Alcains
6005-001 Alcains

Ecocentro e Estação de Transferência
de Idanha-a-Nova
Zona Industrial Idanha-a-Nova
6060-182 Idanha-a-Nova

Estações de Transferência de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-521 Proença-a-Nova

Ecocentro de Alter do Chão
Zona Industrial de Alter do Chão
7440-999 Alter do Chão

Ecocentro de Fronteira
Zona Industrial de Fronteira
7460-999 Fronteira





Certificado de Conformidade PT04/01113.00

O sistema de gestão da organização
**VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO
DE RESIDUOS SOLIDOS S A**

Aterro Sanitário de Avis – Apartado 48
Herdade das Marrás Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS



foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

NP EN ISO 9001:2008

Para as atividades de

**O Âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado**

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Este certificado é válido desde

This certificate is valid from

**28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016,
sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios**

28th June 2013 until 10th March 2016, and remains valid subject to satisfactory surveillance audits

Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016

Re certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde março de 2004

Issue 8. Certified with SGS since March 2004

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

Autorizado por:

Authorized by

Luis Neves

Direção de Certificação
Certification Management

Isabel Berger



SGS

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação
Polo Tecnológico de Lisboa, 6.º piso, 1800-546 Lisboa
T: 217104200; F: 217157200

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de
Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chame-se
especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização
e jurisdição. A autenticidade deste documento poderá ser verificada em
http://www.sgs.com/identificacao_cliente.htm. Qualquer alteração não autorizada,
falsificação ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os
transgressores poderão ser alvo de todas as ações legais previstas.

Certificado PT04/01113.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis
Herdade das Marrãs
Figueira e Barros
7480-352 Avis

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoos
2200 Abrantes

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco
Monte de S. Martinho,
Estrada Nacional 18-8 Km 5
6000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre Monte da Mergulhagem
Estrada da Urra
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
Vale de Açor
7400 Ponte de Sôr

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Certificado PT04/01113.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes
Vale de Morenas Zona Industrial Norte
2200-173 Abrantes

Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Aterro de
Inertes de Campo Maior
Herdade da Torre Nossa Senhora da
Expectação
7370 Campo Maior

Ecocentro e Estação de Transferência,
Triagem e Fragmentação de RCD's de
Gavião
Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4
6040 Gavião

Ecocentro de Vila Velha de Ródão
Zona Industrial de Vila Velha de Ródão
6030-201 Vila Velha de Ródão

Ecocentro de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-528 Proença-a-Nova

Ecocentro Oleiros
Zona Industrial Açude Pinto
6160-409 Oleiros

Ecocentro Sertã
Zona Industrial Alto da Carreira
6100-711 Sertã

Ecocentro de Castelo Branco
Zona Industrial de Castelo Branco
6000-790 Castelo Branco

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão



Certificado PT04/01113.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado



Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcains
Zona Industrial de Alcains
6005-001 Alcains

Ecocentro e Estação de Transferência
de Idanha-a-Nova
Zona Industrial Idanha-a-Nova
6060-182 Idanha-a-Nova

Estações de Transferência de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-521 Proença-a-Nova

Ecocentro de Alter do Chão
Zona Industrial de Alter do Chão
7440-999 Alter do Chão

Ecocentro de Fronteira
Zona Industrial de Fronteira
7460-999 Fronteira

IPAC
acreditação

A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. A autenticidade deste documento poderá ser verificada em http://www.sgs.com/verificando_cliente.htm. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as ações legais previstas.



Certificado de Registo



Organização: **VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**

Âmbito do Registo: **Recolha, tratamento e valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, triagem, armazenamento, tratamento e valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de energia elétrica e de combustíveis derivados de resíduos (CDR).¹**

Morada: **Apartado 48
7441-909 Alter do Chão**

N.º de Registo: **PT-000046**

Data de Registo: **24-03-2006**

Data da 3.ª Renovação **09-12-2014**

Validade do Certificado: **09-12-2017**

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. na qualidade de Organismo Competente segundo o Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de abril, certifica que a organização acima indicada tem um sistema de gestão ambiental de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, para promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

A organização publica uma Declaração Ambiental validada por um verificador acreditado, e está autorizada a utilizar o logótipo EMAS.

Amadora, 9 de dezembro de 2014

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.

Ana Teresa Perez

¹ O âmbito de registo aplica-se aos locais registados identificados no anexo ao certificado

Anexo ao Certificado de Registo N.º PT-000046

Organização Titular: **VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

Morada: **Apartado 48
7441-909 Alter do Chão**

Locais Registados: **- Centros Integrados de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos: Avis, Abrantes e Castelo Branco
- Estação de Transferência de RSU's, Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de: Portalegre e Castelo de Vide
- Estação de Transferência de RSU's, Ecocentro, Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
- Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
- Ecocentros: Portalegre, Abrantes, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Sertã, Castelo Branco, Alcains, Alter do Chão e Fronteira
- Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Campo Maior
- Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's de Gavião
- Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova
- Estação de Transferência de Proença-a-Nova**

Código NACE: **38.21**

Contacto: **Cláudia Sofia Lola Simões**

Endereço Eletrónico: **claudia.simoes@valnor.pt**

Telefone: **245 610 040**

Fax: **245 619 003**

Identificação do Verificador: **SGS ICS - Serviços Internacionais de Certificação, Lda.**

Morada do Verificador: **Polo Tecnológico de Lisboa, Lote 6 - Pisos 0 e 1
1600-546 Lisboa**

N.º Registo do Verificador: **PT-V-0003**

Amadora, 9 de dezembro de 2014

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.



Ana Teresa Perez

G) CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO ESTABELECIMENTO OU EXPLORAÇÃO E BREVE HISTORIAL SOBRE A SUA EXISTÊNCIA, INCLUINDO A INDICAÇÃO DE TER SIDO INICIADO OU NÃO O PROCESSO DE LICENCIAMENTO E, EM CASO AFIRMATIVO, AS RAZÕES QUE LEVARAM À SUA SUSPENSÃO

Esta Estação de Transferência de RSU, possui a finalidade de servir de ligação entre a transferência dos Resíduos Urbanos no seu local de deposição.

De acordo com este objetivo, as instalações possuem:

- Capacidade de transferência de 190 toneladas por dia de transferência de resíduo urbanos;
- Facilidades de entrada e saída dos veículos, tanto dos de recolha como os de transferência, estabelecendo-se assim duas zonas desniveladas;
- Alta maneabilidade no interior do recinto;
- Tempos de transferência mínimos entre a passagem da carga dos veículos de recolha para os de transferência;
- Flexibilidade da instalação para admitir todo o tipo de resíduos urbanos;
- Facilidade para a manutenção da mesma em bom estado;
- Integração no espaço e das instalações existentes;
- Fácil exploração com custos baixos de manutenção.

Para além da Estação de Transferência, mantêm-se parte do Ecocentro existente, para a recolha e armazenamento temporário de resíduos de papel, cartão, plásticos, metais e outros resíduos.

De acordo com a Portaria N.º 209/2004, de 3 de Março, as operações de gestão de resíduos envolvidas neste processo são:

- R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada);
- D15 – Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos).

Esta instalação foi licenciada em 2009, através do Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 000042/2009, que se apresenta de seguida.

No âmbito da renovação do referido Alvará, o processo foi indeferido pela Entidade Licenciadora, dando origem ao presente pedido de Regularização.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CCDRLV – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

21

Set

ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS Nº 000042-/-2009

Nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento à empresa

VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.,

com sede na Herdades das Marrãs, Apartado 48, 7441-909 ALTER DO CHÃO, detentora do Número de Contribuinte 505 255 090, para a sua instalação sita no Casal dos Coelhoos, 2200 CONCAVADA, freguesia de Concavada, município de Abrantes, onde será realizada a seguinte operação

armazenamento temporário (estação de transferência de resíduos sólidos urbanos).

A realização das operações de gestão de resíduos fica sujeita à execução do projecto e ao cumprimento integral das especificações anexas, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

O presente alvará de licença é válido até 21 de Maio de 2014

Lisboa, 21 de Maio de 2009

A Vice-Presidente

Paula Santana



Especificações anexas ao Alvará nº 000042- / -2009

O presente Alvará é concedido à empresa **VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.**, no âmbito do licenciamento simplificado ao abrigo do artigo 32º do Decreto-Lei nº. 178/2006, de 5 de Setembro.

1. Operações objecto da licença e respectivos códigos D e R publicados no Anexo III da Portaria nº 209/2004 de 3 de Março

A operação de gestão em causa consiste na armazenagem de resíduos

- D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução da operação D8

2. O estabelecimento fica licenciado para receber os resíduos indicados, aos quais se encontra associado o respectivo código LER

20 01 08	resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas
20 02 01	resíduos biodegradáveis
20 03 01	mistura de resíduos urbanos e equiparados
20 03 02	resíduos de mercado
20 03 03	resíduos de limpeza de ruas
20 03 99	resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados

Os quantitativos de resíduos gerir anualmente é de 190 t/dia (estimativa).

3. O estabelecimento em causa deverá ter em atenção as condições seguintes

3.1- A gestão de resíduos deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro.

3.2- A empresa tem 30 dias, após o início da actividade, para se registar no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), conforme disposto na alínea b) do artigo 48º do Decreto-Lei nº 178/2006, regulamentado na Portaria nº. 1408/2006, de 18 de Dezembro. As entidades abrangidas estão obrigadas a possuir registo da seguinte informação:

- Origens discriminadas dos resíduos;
- Quantidade, classificação (LER) e destino discriminados dos resíduos;
- Identificação das operações efectuadas;
- Informação relativa ao acompanhamento efectuado, contendo os dados recolhidos através de meios técnicos adequados.

Especificações anexas ao Alvará nº 000042- / -2009

3.3- O armazenamento de resíduos deve ser efectuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão, e respeitar todas as regras de segurança. Os resíduos devem ser colocados em local devidamente impermeabilizado e confinado de modo a não haver contaminações do solo, devendo os resíduos estar identificados com o respectivo código LER.

3.4- Cumprir o estipulado no Regulamento Geral do Ruído publicado no Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro

3.5- Cumprir as normas gerais de protecção da qualidade do ar estipuladas no Decreto-Lei nº. 78/2004, de 3 de Abril, sendo de salientar que é expressamente proibida a queima a céu aberto de qualquer resíduo.

3.6- Devem ser cumpridos todas as disposições dos instrumentos de gestão territorial, bem como todas as condicionantes e regimes legais especificamente aplicados à localização da instalação

3.7- Devem ser cumpridas todas as disposições legais aplicáveis relativamente à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente as fixadas no Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº. 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei nº. 35/2004, de 29 de Julho.

4. Responsáveis técnicos pela unidade

- Eng. José João dos Anjos Pinto Rodrigues
- Eng^a Cláudia Sofia Lola Simões
- António Manuel dos Santos Lopes

5. Identificação da instalação

- Nome da empresa: **VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.**
- Endereço: **Casal dos Coelhoos, Concavada**
- Código Postal: **2200 CONCAVADA**
- Freguesia: **Concavada**
- Município: **Abrantes**
- Telefone: -----
- Fax: -----
- N° de Contribuinte: **505 255 090**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CCDRLV – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Especificações anexas ao Alvará nº 000042- / -2009

6. Equipamento instalado

A instalação possui quatro tremonhas

Lisboa, 21 de Maio de 2009

H) A INDICAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DESCONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL VINCULATIVOS DOS PARTICULARES, SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS OU RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, ASSIM COMO DOS IMPACTES DA MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE;

De acordo com o ofício emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com a referência nº. S02744-201403-DAS/DLA, o novo quadro legislativo da Gestão de Resíduos (Decreto-Lei nº. 73/2011, de 17 de Junho) impõe que o licenciamento de operações de gestão de resíduos dependa, entre outros factores, da compatibilidade da localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial e com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis, de acordo com o parecer emitido pelo serviço regional desconcentrado responsável pela área do ordenamento do território.

Neste sentido e durante a análise deste processo, verificou a entidade licenciadora, existir uma incompatibilidade entre o uso previsto no PDM de Abrantes e a infraestrutura de ambiente existente, nomeadamente a Estação de Transferência de RSU's.

**I) FUNDAMENTAÇÃO DA OPÇÃO DA NÃO DESLOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO
PARA LOCAL ADEQUADO NO MESMO CONCELHO OU NOS CONCELHOS VIZINHOS,
EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO RESPECTIVO CUSTO**

No Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes, para além da Estação de Transferência de RSU's, que resultou num investimento da ordem dos 1,2 M€, existe também um antigo aterro de RSU's devidamente selado e encerrado, sendo atualmente explorado o biogás aí formado para a produção de energia.

Considerando a existência de outras infraestruturas neste local, não se considera válida a opção de deslocalização da instalação alvo do presente pedido.

J) A CARACTERIZAÇÃO DOS MÉTODOS E SISTEMAS DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR PARA A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM PRESENÇA, INCLUINDO MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO DE IMPACTES

No âmbito do Sistema Integrado de Gestão nas áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança, implementado e em vigor na VALNOR, os impactes de todas as actividades desenvolvidas na empresa, são avaliados e analisados, tendo em vista a sua eliminação, quando possível e o seu controlo.

Na Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, é seguida a seguinte metodologia:

- A identificação dos aspetos e dos respetivos impactes ambientais é realizada por local / atividade e tem em conta:

- Informação associada aos Processos, como seja os N2 – Áreas Funcionais, N3 – Diagramas de Processo e outra documentação de carácter descritivo;
- Relatórios de avaliações e medições, registos de consumos e emissões e outra documentação de carácter quantitativo e qualitativo;
- Informação criada para efeitos legais, regulamentares, de investigação ou outros;
- Visitas *in situ* com recolha de informação junto dos intervenientes nos processos operativos;

Neste processo são tidas em consideração as diversas actividades desenvolvidas, as entradas e saídas dos processos operativos, em “condições de operação normais e anómalas, em condições de paragem e de arranque, assim como as situações de emergência razoavelmente previsíveis”¹.

Os aspetos ambientais são avaliados de acordo com a sua Significância.

A “Significância” de um aspeto refere-se à importância atribuída à alteração provocada no ambiente (impacte ambiental), considerando-se assim que os aspetos ambientais podem ser “Significativos” ou “Não Significativos”.

A avaliação da significância tem em conta os seguintes critérios:

1. **Risco ambiental**, que reflete a gravidade dos danos (potenciais ou efetivos) para o ambiente.
2. **Preocupações das partes interessadas**, que valoriza as situações / aspetos ambientais que possam levar a uma reclamação de uma ou mais Partes Interessadas da VALNOR.

Risco Ambiental

O **Risco Ambiental (RA)** é dado pelo produto entre a **Consequência (C)** e a **Frequência (F)** do

¹ in NP EN ISO 14001:2004

aspecto ambiental ou, no caso de situações de emergência, a **Consequência (C)** e a **Probabilidade (P)** do aspecto ambiental:

$$RA = C \times F \text{ ou } RA = C \times P$$

Aos diferentes níveis da consequência, da frequência e da probabilidade, são atribuídos valores numéricos adimensionais, tendo como referência o ano transato e de acordo com o seguinte:

- Classificação da Frequência:

Frequência	Valor numérico
Raro (ocorre pelo menos uma vez por ano)	1
Ocasional (ocorre pelo menos uma vez por mês)	2
Frequente (ocorre várias vezes por semana, durante a operação da instalação)	3
Habitual (ocorre várias vezes por dia)	4
Em contínuo	5

- Classificação da Probabilidade:

Probabilidade	Valor numérico
Reduzida (Períodos de reincidência expectável superiores a 5 anos)	2
Moderada (Períodos de reincidência expectável inferiores a 5 anos)	3
Elevada (Períodos de reincidência expectável inferiores a 1 ano)	4

- Classificação da consequência com exemplos de aspetos ambientais:

Consequência	Valor	Exemplos de aspetos ambientais
Danos reduzidos no ambiente	1	<ul style="list-style-type: none"> . Ruído ambiental em conformidade legal . Produção de resíduos recicláveis . Libertação de odores . Aspecto visual da infra-estrutura . Consumo de recursos renováveis . Consumo de água (média 3 últimos anos) < 1000 m³ . Ocupação do solo (<2 hectares ou localizado em zona industrial)
Danos moderados no ambiente	2	<ul style="list-style-type: none"> . Ruído ambiental em inconformidade legal . Produção de resíduos não recicláveis . Consumo de recursos não renováveis . Consumo de água (média 3 últimos anos) 1000<x>5000 m³ . Libertação de poeiras . Consumo de combustíveis (<450 tep/ano)² . Consumo de energia (<450 tep/ano)³ . Produção de lixiviados e efluentes . Descarga de efluentes tratados (em conformidade com os VLE) . Ocupação do solo (>2 hectares e localizado fora de zona industrial)

² Consideram-se os consumos da frota afeta à infraestrutura em causa

³ Consideram-se os consumos energéticos da infraestrutura em causa

Consequência	Valor	Exemplos de aspetos ambientais
Danos elevados no ambiente	3	<ul style="list-style-type: none"> . Produção de resíduos perigosos . Consumo de combustíveis (>450 tep/ano) . Consumo de energia (>450 tep/ano) . Consumo de água (média 3 últimos anos) > 5000 m³ . Emissões atmosféricas de gases com efeito de estufa ou gases depletores da camada de ozono . Descarga de efluentes tratados (não conformes com os VLE) . Derrames de poluentes no solo ou recursos hídricos

Assim, o risco ambiental pode assumir os seguintes valores numéricos:

Consequência	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Frequência / Probabilidade				

Preocupações das Partes Interessadas (PI)

A determinação deste critério é sustentada não só na percepção e conhecimento de causa (suportada pelo contacto diário direto e indireto) que os responsáveis técnicos da VALNOR detêm relativamente às preocupações das partes interessadas, mas também no histórico das suas queixas ou reclamações.

Estes aspetos são valorizados de acordo com o seguinte:

Preocupações das partes interessadas	Valor numérico
Sem interesse para a vizinhança	0
Com interesse para a vizinhança mas sem reclamações	1

Com interesse para a vizinhança e com reclamações	3
---------------------------------------------------	---

A significância é determinada pela seguinte fórmula:

$$\text{Significância} = RA + PI$$

Significância	Valor numérico
Aspeto ambiental significativo	> 8
Aspeto ambiental não significativo	≤ 8

Uma vez identificados os aspetos ambientais significativos, é emitida a Matriz IAAIA, com a indicação do(s) tipo(s) de controlo(s) associado(s).

Os aspetos ambientais que originam impactes considerados positivos não são avaliados nem sujeitos a medidas de minimização e controlo.

A Matriz IAAIA e as medidas de eliminação / minimização / controlo dos aspetos ambientais significativos são definidas pela equipa de trabalho e aprovadas pela Administração.

Os aspetos ambientais significativos são eliminados / minimizados / controlados ou monitorizados, através de:

1. Objetivos e Metas,
2. Monitorização;
3. Medidas de Controlo Operacional;
4. Resposta a Emergências.

Os impactes ambientais identificados para a instalação em análise, encontram-se seguidamente identificados:

IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS - CIVTRES Abrantes										
Local / Processo	Actividades/Local	Directo / Indirecto	Situação Operacional	Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental	Consequência	Risco Ambiental Frequência/ Probabilidade	Nível de Risco	Partes Interessadas	Total
Geral	Geral	Directo	Normal	Ocupação do Solo		2	5	10	0	10
		Directo	Emergência	Emissões gasosas - Fuga de (H)CFC's contidos em equipamentos de refrigeração	Depleção da camada de ozono e/ou efeito de estufa	2	2	4	0	4
	Directo	Normal	Consumo de energia	Impactes associados à produção de energia	2	4	8	0	8	
	Indirecto	Normal	Consumo de combustível	Depleção de recursos não renováveis	2	4	8	0	8	
	Indirecto	Normal	Emissões gasosas - produtos da combustão	Polluição atmosférica, efeito de estufa	2	4	8	0	8	
Centro de Valorização - Escritórios	Geral	Directo	Normal	Produção de resíduos sólidos urbanos recicláveis	Impactes associados à gestão de resíduos recicláveis	1	4	4	0	4
		Directo	Normal	Produção de resíduos - toners, tinteiros, etc.	Impactes associados à gestão de R/P's	3	2	6	0	6
		Directo	Emergência	Emissões gasosas - Fuga de (H)CFC's contidos em equipamentos de refrigeração	Depleção da camada de ozono e/ou efeito de estufa	2	2	4	0	4
		Directo	Emergência	Ocorrência de incêndio (produção de resíduos e efluentes contaminados, libertação de fumos e poeiras)	Contaminação do meio	3	2	6	0	6
		Directo	Normal	Consumo de água	Depleção das reservas de água	2	4	8	0	8
	Limpeza das instalações	Directo	Normal	Produção de águas residuais domésticas	Impactes associados à gestão da ETL	2	4	8	0	8
		Directo	Normal	Produção de resíduos sólidos urbanos recicláveis (embalagens de detergentes)	Impactes associados à gestão de resíduos recicláveis	1	2	2	0	2
		Directo	Normal	Produção de resíduos sólidos urbanos não recicláveis (pó e outros resíduos)	Diminuição da vida útil do aterro	2	4	8	0	8
		Directo	Normal	Consumo de matérias subsidiárias (ex: detergentes, tintas)	Depleção de recursos não renováveis	2	4	8	0	8
		Directo	Normal	Consumo de combustível	Depleção de recursos não renováveis	2	2	4	0	4
Manutenção de espaços exteriores	Directo	Normal	Emissões gasosas - produtos da combustão	Polluição atmosférica, efeito de estufa	2	2	4	0	4	
	Directo	Normal	Consumo de água	Depleção das reservas de água	2	2	4	0	4	
	Directo	Normal	Produção de ruído	Incómodo da população	1	2	2	1	3	
	Directo	Normal	Produção de resíduos verdes	Impactes associados à gestão de resíduos recicláveis	1	2	2	0	2	

Set
91

V03-02 - Recepção e Pesagem no CIVTRS	Pesagem	Directo	Normal	Consumo de energia	Impactes associados à produção de energia	2	4	8	0	8
		Indirecto	Normal	Libertação de águas lixiviadas e odores	Incómodo da população	1	4	4	1	5
Recolha de RSU e transporta até CIVTRS	Transporte de RSU	Indirecto	Normal	Consumo de combustível	Depleção de recursos não renováveis	2	4	8	0	8
		Indirecto	Normal	Deterioração das vias de circulação	Incómodo da população; Aumento da probabilidade de ocorrência de acidentes	1	4	4	1	5
		Indirecto	Normal	Emissões gasosas - produtos da combustão	Poliuição atmosférica, efeito de estufa	2	4	8	0	8
		Indirecto	Normal	Emissão de ruído	Incómodo da população	1	4	4	1	5
		Indirecto	Normal	Emissões gasosas - Libertação de maus cheiros	Incómodo da população	1	4	4	1	5
		Indirecto	Normal	Libertação de águas lixiviadas e odores	Incómodo da população	1	4	4	1	5
		Indirecto	Emergência	Ocorrência de acidente com espalhamento de resíduos, derramamento de óleo ou combustível	Impactes associados à gestão de RIP's	2	3	6	0	6
		Directo	Normal	Consumo de Energia	Impactes associados à produção de energia	2	4	8	0	8
		Directo	Normal	Produção de efluentes (lixiviado)	Impactes associados à gestão da ETL	2	4	8	0	8
		Directo	Emergência	Derrame de combustível	Impactes associados à gestão de RIP's	2	3	6	0	6
Posto de armazenagem e abastecimento de gasóleo	Trásfega e Abastecimento	Directo	Normal	Produção de resíduos contaminados	Impactes associados à gestão de RIP's	2	3	6	0	6
		Directo	Emergência	Ruptura e derrame de combustível Potencial explosão do tanque	Contaminação do meio	3	2	6	0	6

K) A EXPLICITAÇÃO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DE EVENTUAIS IMPACTES AMBIENTAIS, INCLUINDO EVENTUAIS PRÁTICAS DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR PARA ATINGIR NÍVEIS DE DESEMPENHO AMBIENTAL INADEQUADOS, DESIGNADAMENTE, NOS DOMÍNIOS DA ÁGUA, ENERGIA, SOLOS, RESÍDUOS, RUÍDO E AR

Como medidas implementadas para controlo e mitigação dos impactes referidos na alínea anterior a VALNOR conta com a implementação de um Plano de Monitorização Ambiental, assim como a identificação de Cenários de Emergência de carácter ambiental, para os quais os seus colaboradores se encontram formados e informados.

**L) OS PROCESSOS TECNOLÓGICOS INOVADORES DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR
OU COLABORAÇÃO COM ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO;**

Alínea não aplicável no processo em análise.

**M) OS CUSTOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA DESACTIVAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E
DE DESMANTELAMENTO DE INSTALAÇÕES**

De acordo com o referido na alínea I) não se considera válida a desativação os deslocalização da Estação de Transferência de RSU's cuja construção resultou de um investimento de cerca de 1,2 M€, uma vez que no mesmo espaço físico do local onde se localiza a instalação alvo do presente pedido, existem outras instalações, propriedade da empresa.

el
OK



**N) NO CASO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS, A IMPLANTAÇÃO GEORREFERENCIADA E
NOTA TÉCNICA JUSTIFICATIVA DO POTENCIAL E DA ESPECIFICIDADE DA
EXPLORAÇÃO NA LOCALIZAÇÃO PROPOSTA**

Alínea não aplicável no processo em análise.

cl
cot

O) DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA LOCALIZAÇÃO, COM A SEGURANÇA DAS PESSOAS, BENS E AMBIENTE, BEM COMO A EXPLICITAÇÃO DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR PARA MINIMIZAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS EM CASO DE ACIDENTE GRAVE.

el
Cet

Os riscos para o ambiente e para as populações, decorrentes seja de situações de operação normal, seja de situações acidentais e súbitas, prendem-se, sobretudo, com a ocorrência de eventuais falhas ou disfunções nalguns sistemas de controlo ambiental.

As causas de acidentes podem ser agrupadas em causas internas ou externas à instalação. Salienta-se, no entanto, que a minimização dos riscos é muito mais eficiente e eficaz quando se verifica serem adequadas a concepção, a construção, a exploração e a desactivação destes projectos.

As causas externas mais importantes são a ocorrência de um sismo, a afectação da zona da triagem e transferência de resíduos inertes por causas naturais (inundação ou queda de um raio ou relâmpago), actos de sabotagem (fogo posto), a ocorrência de um incêndio, entre outros. No que respeita às causas internas, estas relacionam-se com condições operacionais e/ou de dimensionamento deficientes.

Os perigos para o ambiente e para as populações decorrentes da exploração da Estação de Transferência de RSU's e posterior transferência de resíduos para o CIVTRS de Avis, não são significativos.

Os sistemas de segurança e controlo são a peça basilar para a prevenção das causas de acidente, pelo que a seguir se reproduz o Plano de Prevenção e Resposta a Emergências elaborado no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e de Segurança, cujas partes aplicáveis e implementadas são seguidamente reproduzidas.

- Prevenção e Resposta a Emergências

Objetivo e Âmbito:

As acções e medidas estabelecidas visam minimizar os danos pessoais e materiais, bem como os impactes ambientais decorrentes da ocorrência de situações de emergência, através de uma intervenção rápida e eficaz.

Com os procedimentos de actuação e os meios de intervenção (humanos e materiais), delineados neste documento, pretende-se garantir apenas a primeira intervenção em situações de emergência, de modo a eliminar o perigo ou minimizar as suas consequências até à chegada de apoio externo.

Como apoio externo pode recorrer-se à intervenção da Corporação de Bombeiros mais próxima de cada uma das instalações da VALNOR, que possuem equipamento próprio e meios humanos

especializados no combate a incêndios e outras situações de emergência, bem como na prestação de primeiros socorros, garantindo uma intervenção mais adequada.

Meios de intervenção

Para fazer face a possíveis incêndios, derrames ou outras situações de emergência a VALNOR dispõe dos seguintes meios no CITVRS:

- Meios de primeira intervenção (lista de extintores e respectiva localização – instalações fixas e viaturas de recolha de RSU, betoneiras de emergência, bocas de incêndio armadas);
- Sinalização de meios de primeira intervenção e das vias e saídas de emergência;
- Caixas de primeiros socorros.

Caso os meios anteriores não sejam suficientes a VALNOR recorre ao apoio de meios externos (Corporação de Bombeiros mais próxima da instalação da VALNOR em causa).

Na Portaria das instalações do CITVRS estão afixados os números de telefone do Coordenador da Emergência e entidades externas de apoio (Corporação de Bombeiros, Hospitais e Polícia).

Organização de Emergência

Para actuar numa situação de intervenção interna em situação de emergência foi criada a Estrutura de Emergência, constituída por:

- Coordenador de Emergência

- Orientar e coordenar as actividades dos diferentes membros da equipa de intervenção;
- Avaliar necessidade de proceder à evacuação das instalações e coordenar esse processo (encaminhamento dos colaboradores para o Ponto de Encontro – no exterior junto à Portaria);
- Avaliar necessidade de apoio externo e solicitar a sua intervenção;
- Acompanhar evolução da situação;
- Contactar a administração e mantê-la informada acerca do desenvolvimento da emergência.

- Equipa de Intervenção de Emergência

- Actuar nas situações de emergência utilizando os meios disponíveis na empresa e seguindo as instruções do Coordenador da Emergência;

- Apoiar os Bombeiros;
- Garantir a evacuação rápida e segura dos ocupantes das instalações.

- Equipa de Primeiros Socorros

- Efectuar os primeiros socorros de forma a minimizar as consequências decorrentes da situação de emergência;
- Avaliar a necessidade de evacuação de feridos ou sinistrados;
- Solicitar ambulância para transporte de feridos ou sinistrados;
- Relatar ao Coordenador de Emergência a situação dos acidentados.

el
OK